

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ALEXANDRE SCHWINDEN GARCIA**

**DIVULGAÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES E PROVISÕES EM EMPRESAS  
DO SETOR INDUSTRIAL: SEGMENTO NOVO MERCADO DA BM&FBOVESPA**

**Florianópolis  
2015**

**ALEXANDRE SCHWINDEN GARCIA**

**DIVULGAÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES E PROVISÕES EM EMPRESAS  
DO SETOR INDUSTRIAL: SEGMENTO NOVO MERCADO DA BM&FBOVESPA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Murilo Petri

**Florianópolis**

**2015**

## RESUMO

A pesquisa teve como objetivo verificar o nível de evidenciação das provisões e dos passivos contingentes conforme normatização proposta pelo CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Foram selecionadas empresas que possuem ações negociadas na BM&FBovespa, que compõem o setor industrial e fazem parte do segmento Novo Mercado, totalizando dez (10) empresas. Alguns autores destacam a importância da divulgação das contingências e provisões por intermédio das notas explicativas a qual enriquecem os relatórios contábeis, evitam que os mesmos possam ser enganosos e que a divulgação de eventos relacionados as contingências permitem aos usuários das demonstrações a interpretação e incorporação das provisões e passivos contingentes em seus modelos de avaliação e predição. Quanto aos resultados da pesquisa, verificou-se que os itens de divulgação de caráter mais quantitativo do CPC 25 para divulgação das provisões, tais como, valor inicial e final, adições, utilizações das provisões, foram divulgados. Porém quanto a itens de caráter mais qualitativo que buscam evidenciar, por exemplo, incertezas quanto aos valores e cronograma esperado de saída de recursos, a evidenciação é fraca. Em algumas empresas não é possível ao menos ter conhecimento da natureza da provisão ou do passivo contingente. O índice médio de evidenciação para provisões foi 63,33% e para os passivos contingentes 70%. Verificou-se que as empresas não estão totalmente adequadas a normatização proposta apesar de participarem de um segmento de governança corporativa que preza por qualidade e transparência em seus relatórios.

**Palavras-chave:** Provisões. Passivos contingentes. CPC 25. Governança Corporativa.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
1.1	TEMA E PROBLEMA.....	6
1.2	OBJETIVOS DE PESQUISA.....	7
<b>1.2.1</b>	<b>Objetivo Geral .....</b>	<b>7</b>
<b>1.2.2</b>	<b>Objetivos específicos .....</b>	<b>7</b>
1.3	JUSTIFICATIVA.....	8
1.4	METODOLOGIA.....	9
1.5	DELIMITAÇÃO.....	12
1.6	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	13
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>14</b>
2.1	PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES.....	14
2.2	GOVERNANÇA CORPORATIVA .....	18
2.3	ESTUDOS ANTERIORES .....	20
<b>3</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>24</b>
3.1	ANÁLISE POR EMPRESA.....	24
<b>3.1.1</b>	<b>Embraer .....</b>	<b>24</b>
<b>3.1.2</b>	<b>WEG S.A .....</b>	<b>27</b>
<b>3.1.3</b>	<b>lochpe-Maxion.....</b>	<b>29</b>
<b>3.1.4</b>	<b>MAHLE Metal Leve S.A.....</b>	<b>30</b>
<b>3.1.5</b>	<b>Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.....</b>	<b>32</b>
<b>3.1.6</b>	<b>VALID S.A. ....</b>	<b>33</b>
<b>3.1.7</b>	<b>Indústrias Romi S.A.....</b>	<b>33</b>
<b>3.1.8</b>	<b>Metalfrio Solutions S.A.....</b>	<b>34</b>
<b>3.1.9</b>	<b>Lupatech .....</b>	<b>36</b>
<b>3.1.10</b>	<b>CSU Cardsystem S.A.....</b>	<b>37</b>
3.2	ANÁLISE DAS EMPRESAS EM CONJUNTO .....	38
<b>3.2.1</b>	<b>Quanto à apresentação dos dados .....</b>	<b>39</b>
<b>3.2.2</b>	<b>Comparação dos resultados com estudos anteriores.....</b>	<b>44</b>
<b>4</b>	<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>46</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>50</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>54</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Quando se pensa no risco de uma entidade imediatamente busca-se analisar e comparar o seu passivo com outros componentes das demonstrações financeiras (NIYAMA; TIBÚRCIO, 2013). Questões relacionadas aos passivos contingentes e provisões das empresas são fundamentais, pois podem evidenciar o grau de viabilidade de uma empresa e se um grande volume de recursos não estão ou poderão comprometer a saúde financeira da empresa.

As problemáticas relacionadas a conceituação de provisões são longínquas no Brasil. Pode-se perceber, por exemplo, a dificuldade com relação as mudanças de termos propostas pelas normas que norteiam o assunto. *Iudícibus et al.* (2010) destacam que por muito tempo se utilizou o termo provisão para passivos derivados de apropriações por competência, tais como, depreciações, férias, décimo terceiro salário, entre outros. Esses são considerados passivos genuínos, em que existe grau de certeza relevante e portanto não devem ser reconhecidos como provisões.

A característica de apresentarem algum grau de incerteza, faz das provisões um objeto de amplo estudo para seu correto reconhecimento, mensuração e divulgação, e caminha no sentido de padronização junto com a convergência do Brasil as normas internacionais de contabilidade. O pronunciamento contábil CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado em 26/06/2009 e correspondente IAS 37, veio a completar lacunas na interpretação da mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e passivos contingentes e estabelecer o limiar entre esses dois conceitos. A Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009, tornou obrigatório para o exercício encerrado de 2010 para as Companhias Abertas, a aplicação do CPC 25.

Ribeiro (2012) destaca que por envolverem alguma dose de cautela por parte do contador no processo de se chegar a melhor estimativa para o seu reconhecimento, as provisões podem abrir lacunas de tomada de decisões discricionárias em situações que sejam de interesse práticas de gerenciamento de resultado (GR).

Autores como Lopes e Martins (2005) também destacam problemas relacionados a assimetria informacional, quando dá falta de divulgação, prejudicando assim o correto funcionamento do mercado de capitais, onde os participantes deveriam estar dotados de informações transparentes e tempestivas por intermédio de relatórios produzidos pela contabilidade para produzir corretas avaliações das empresas participantes da bolsa de valores.

Diferentemente das provisões, o CPC 25 destaca que os passivos contingentes são obrigações possíveis, resultantes de eventos passados, que não reconhecidos pois não é provável que haverá saída de recursos ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com confiabilidade.

A evidenciação dos passivos contingentes e provisões apresentam e ajudam os usuários a compreender, as possíveis e prováveis perdas que a empresa poderá incorrer no transcorrer dos exercícios. Trazendo assim benefícios aos usuários da informação contábil, seja no cálculo de índices de solvência, por exemplo, ou na identificação de problemas contingenciais.

## 1.1 TEMA E PROBLEMA

A contabilidade carrega muitas vezes intrinsecamente a discussão da subjetividade em seu processo, uma vez que seu objeto de estudo é econômico e não somente financeiro. Tal subjetividade pode abrir lacunas para algumas interpretações a fim de ocultar passivos que deveriam ser reconhecidos (LOPES; MARTINS, 2007). Niyama e Tibúrcio (2013) destacam que os passivos sejam uns dos itens mais sujeitos a pressão para não ser incluído nas demonstrações, de modo a melhorar os indicadores de endividamento, por exemplo. Por isso, além da dificuldade conceitual, existem certos problemas no reconhecimento de diversos passivos.

Lopes e Martins (2005) observam que completar tais lacunas no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões e passivos, é fundamento e imperativo para a contabilidade, a fim de atender as demandas dos usuários sejam eles investidores, por exemplo, preocupados com a capacidade da empresa de gerar fluxos de caixa futuro e criação de valor. Como terceiros interessados os demandantes da informação contábil necessitam de segurança e padronização para a realização de investimentos.

Por meio das demonstrações e do instrumental para a análise das mesmas, surge a questão de pesquisa deste trabalho, a qual é: Qual o nível de evidenciação de provisões e passivos contingentes em empresas do setor industrial do segmento novo mercado da BM&FBovespa?

## 1.2 OBJETIVOS DE PESQUISA

### 1.2.1 Objetivo Geral

O presente estudo visa analisar a divulgação dos passivos contingentes e provisões nas demonstrações financeiras divulgadas no ano de 2014 por empresas listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBovespa), do setor industrial e que estão listadas no segmento Novo Mercado.

### 1.2.2 Objetivos específicos

Para o alcance do objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar a adequação ao CPC 25 por parte das empresas estudadas no que tange a divulgação de provisões e passivos contingentes;

- Avaliar como o nível de evidenciação se comporta em função do tamanho das empresas da amostra e da adesão ao segmento Novo Mercado.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

A correta evidenciação dos passivos contingentes bem como as provisões dão credibilidade as demonstrações contábeis, porém o fato da efetivação ou não do passivo contingente ou provisão estar relacionadas a eventos futuros que estão fora do controle da empresa pode dar espaço a diferentes interpretações quanto ao seu registro ou não, podendo assim impactar diretamente o patrimônio da entidade.

A partir daí cresce a importância da correta evidenciação dos parâmetros utilizados pela entidade para justificar o reconhecimento de provisões além da evidenciação de possíveis contingências futuras, os passivos contingentes.

O estudo de empresas do setor industrial se justifica pelo fato destas apresentarem nichos de mercado, de atuação e particularidades que podem se diferenciar de outros segmentos de mercado já estudados. A escolha de empresas do Novo Mercado vem como forma de verificar possível relação entre maior nível de evidenciação devido ao fato dessas empresas adotarem práticas diferenciadas de governança corporativa.

Nesse sentido, colabora o estudo de Ribeiro, Ribeiro e Weffort (2013) que por meio de coleta de dados primários gerados por entrevistas à profissionais de auditoria e direito evidenciam que a prática de gerenciamento de resultado contábil por meio do uso de provisões sobre o contencioso legal pode ser reduzida quando existem boas práticas de governança corporativa.

Após seis anos da obrigatoriedade por parte da Comissão de Valores Mobiliários da aplicação do CPC 25 às Companhias Abertas, procurou-se a partir de



estudos relacionados ao tema, fazer uma abordagem comparativa aos resultados apresentados em outros setores, quanto ao nível de evidenciação dos passivos contingentes e provisões.

#### 1.4 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como de natureza descritiva que de acordo com Cervo e Bervian (1996) objetiva analisar e correlacionar fatos ou fenômenos sem manipulá-los e procura descobrir com a previsão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características.

Para Silva e Menezes (2000), uma pesquisa de caráter descritivo visa descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis, utilizando técnicas padronizadas de coletas de dados tais como questionários ou observação sistemática.

Nesse sentido, foram utilizados procedimentos qualitativos, como análise documental para a coleta de informações nas notas explicativas e nos balanços patrimoniais, de modo a verificar a adequação ao CPC 25 quanto à divulgação das provisões e passivos contingentes. Quanto ao caráter quantitativo da pesquisa, foi utilizado o instrumento estatístico de coeficiente de correlação de Pearson, bem como formulação de um índice de evidenciação a partir dos itens 84, 85 e 86 do CPC 25 que tratam da divulgação de provisões e passivos contingentes.

De acordo com Corrar, Paulo e Dias Filho (2009), técnicas de regressão e correlação visam analisar dados amostrais, buscando verificar se duas ou mais variáveis são correlacionadas. Para os autores, a correlação visa medir a força ou grau de relacionamento das variáveis estudadas.

Com relação a amostra da pesquisa, delimitou-se ao setor industrial e empresas do segmento do Novo Mercado. A partir daí foram identificadas no *site* da

BM&FBovespa dez empresas que cumprem tais requisitos, que foram estudadas por ordem crescente do ativo. Fazem parte da amostra as seguintes empresas:

**Quadro 1: Empresas da amostra**

<b>Posição</b>	<b>Empresa</b>
1	Embraer S.A.
2	WEG S.A.
3	lochpe-Maxion S.A.
4	MAHLE Metal Leve S.A.
5	Mills S.A.
6	Valid S.A.
7	Indústrias Romi S.A.
8	Metal frio Solutions S.A.
9	Lupatech S.A.
10	CSU CardSystem S.A.

Fonte: Elaborado pelo autor (2015).

A coleta de dados para realização do trabalho foi feita a partir de dados secundários extraídos das notas explicativas das Demonstrações Financeiras das empresas da amostra, encerradas em 31/12/2014, divulgadas e disponibilizadas no *site* da BM&FBovespa. Cervo, Bervian e Silva (2007) caracterizam a coleta de dados como a etapa posterior a escolha e delimitação do assunto, revisão bibliográfica, definição dos objetivos, formulação do problema e das hipóteses.

Para a coleta de dados nas notas explicativas foi elaborado um *checklist* com as orientações para divulgação do CPC 25. Para as provisões foram oito itens para evidenciação e para os passivos contingentes, quatro itens.

Em consonância com o objetivo geral da pesquisa, os Apêndice A e B apresentam os quesitos dos quadros 2 e 3 completos por empresa. Quando houver a divulgação (D), ou não divulgação (ND), ou não se aplica (N/A) do item este foi marcado com "X".

Quadro 2: *Checklist* de divulgação para as provisões

DIVULGAÇÃO	NOME DA EMPRESA		
	D	ND	N/A
<b>1 – PROVISÕES</b>			
(a) Valor Contábil no início e no fim do período			
(b) Provisões adicionais do período ou aumento nas provisões existentes			
(c) Valores Utilizados (incorridos e baixados contra a provisão)			
(d) Valores não utilizados revertidos no período			
(e) Aumento durante o período no valor descontado a valor presente			
(f) Breve descrição da natureza e o cronograma esperado de saídas			
(g) Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas			
(h) Valor de qualquer reembolso esperado			

Fonte: Elaborado pelo autor (2015).

Quadro 3: *Checklist* de divulgação para os passivos contingentes

DIVULGAÇÃO	NOME DA EMPRESA		
	D	ND	N/A
<b>2 - PASSIVOS CONTINGENTES</b>			
(a) Breve descrição da natureza do passivo			
(b) Estimativa do seu efeito financeiro			
(c) Indicação das incertezas relacionadas ou ocorrência de qualquer saída			
(d) Possibilidade de qualquer reembolso			

Fonte: Elaborado pelo autor (2015).

A fim de proporcionar consistência quantitativa à pesquisa, foi calculado um índice de evidenciação por empresa, para encontrar e mensurar o grau de cumprimento das exigências de divulgação estabelecidas pelo pronunciamento técnico, trazendo assim uma métrica quantitativa para a pesquisa.

O índice de evidenciação foi calculado da seguinte maneira:

$$\text{Índice de evidenciação} = \frac{\text{Itens divulgados}}{\text{(Quantidade total de itens - Itens que não se aplicam)}}$$

Também foi calculado o coeficiente de correlação de Pearson da amostra considerando a variável tamanho do ativo com o índice de divulgação das provisões e passivos contingentes.

Segundo Chizzoti (2006), pesquisas com abordagem quantitativa preveem a mensuração de variáveis preestabelecidas, buscando verificar sua influência sobre outras variáveis por meio de análises de frequência ou de correlações estatísticas.

Após a coleta de dados foram feitas as análises e interpretação dos dados por empresa. Para Beuren (2010) nessa etapa deve existir ligação entre os dados coletados e a base teórica que sustenta a pesquisa.

## 1.5 DELIMITAÇÃO

O estudo está delimitado quanto a sua amostra, que será representada por dez empresas do setor industrial listadas na BM&FBovespa no segmento Novo Mercado. A análise dos dados se limitará ao conjunto de contas do balanço patrimonial e notas explicativas que se relacionam diretamente com o tema estudado.

A amostra fora construída com um grupo de empresas que apesar de serem do mesmo setor, possuem diferentes nichos de atuação no mercado, podendo assim apresentar características únicas de cada subsetor de atuação. A escolha das empresas do Novo Mercado deu-se ao forte apelo que este segmento dá aos melhores níveis de Governança Corporativa.

É importante destacar que a utilização do índice de evidenciação não buscou medir a qualidade da evidenciação, mas sim a efetiva evidenciação, se sim ou não. Pesquisas futuros poderão analisar a qualidade da evidenciação.

## 1.6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O primeiro capítulo apresenta a introdução ao trabalho, o tema, problema, a justificativa e os objetivos gerais e específicos da pesquisa. São apresentados posteriormente a metodologia utilizada bem como as delimitações da pesquisa.

No segundo capítulo são abordados conceitos que dão sustentação ao assunto. A fundamentação teórica serve de base conceitual para posterior análise dos resultados e atingimento dos objetivos geral e específicos.

A partir do terceiro capítulo, apresentou-se as análises dos resultados da pesquisa, os dados foram analisados primeiramente por empresa, seguido de uma análise das empresas em conjunto e posterior confronto com os resultados de outros trabalhos com relação ao assunto tratado na pesquisa.

O quarto e último capítulo trata das conclusões da pesquisa. Abordando uma postura crítica e construtiva dos resultados encontrados, fatores que limitaram a pesquisa bem como sugestões para pesquisas futuras.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os tópicos a seguir trazem o conceitual teórico considerado necessário para a realização do estudo e seu correto entendimento. Apresentou-se os conceitos relacionados as provisões e passivos contingentes e grande ênfase foi empregada na normatização que rege o assunto, o CPC 25. Utilizou-se alguns autores para reforçar alguns conceitos.

### 2.1 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões são passivos de prazo ou valor incertos, que devem ser reconhecidos. De acordo com Ludicibus *et al.* (2010) há passivos que também devem ser registrados, apesar de não terem data fixada de pagamento ou mesmo por não conterem expressão exata de seus valores, são as provisões. Isso os diferencia dos outros passivos apropriados por competência, por exemplo. Há incertezas quanto ao prazo ou valor do desembolso necessário para fazer frente a obrigação futura quando se trata de provisões.

O reconhecimento de uma provisão, segundo o item 14 do CPC 25 (2009) se dará quando:

- (a) A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Algumas características abordadas no CPC 25 (2009), como o fato de haver uma obrigação presente legal ou não formalizada na data do balanço faz com que a entidade, dotada de toda informação possível inclua como provisão, obrigações de eventos passados que criem expectativas válidas em terceiros, e não apenas aquelas impostas por obrigação legal.

Iudicibus (2010) destaca que se é prática comercial comum indenizar, total ou parcialmente terceiros por eventos que mesmo não sendo obrigações legais, de certa forma foram devidas a falhas de cumprimento de condições usuais de comércio, tais como devoluções, deve haver o provisionamento de tais encargos.

Destaca o CPC 25 (2009) o fato de algumas vezes não estar claro se existe ou não uma obrigação presente. A entidade deve então levar em conta toda a evidência disponível e se então ser mais provável que sim do que não que exista uma obrigação deve ocorrer o reconhecimento. A entidade também poderá se dotar de informações como opinião de peritos para reconhecer ou não uma obrigação presente na data da apresentação do balanço.

Não obstante, o fato da entidade ter uma obrigação presente como resultado de eventos passados, para que uma provisão seja reconhecida, deve haver a probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar essa obrigação e esta saída deve ser mais provável do que sim do que não de ocorrer para que haja o reconhecimento (CPC 25, 2009).

Por fim, o CPC 25 traz uma característica não menos essencial para o reconhecimento de uma provisão: deve-se existir uma estimativa confiável para o evento. O fato de provisões serem caracterizadas por grau de incerteza não prejudica sua confiabilidade. Iudicibus *et al.* (2010) destaca que a estimativa confiável é resultante da capacidade da entidade determinar um conjunto de desfechos possíveis.

Já os passivos contingentes são obrigações possíveis ou presentes da entidade que não devem ser reconhecidos, mas apenas divulgados visto que ainda há de ser confirmar se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos, ou são obrigações presentes que não satisfazem os critérios de reconhecimento tais como: não ser provável saída de recursos ou não poder ser feita estimativa confiável da obrigação (CPC 25, 2009).

O CPC 25 (2009) também destaca que os passivos contingentes podem desenvolver-se de maneira não inicialmente esperada, devendo haver avaliação periódica para determinar se uma obrigação antes possível, se tornou provável. Caso for provável, e não mais apenas possível a saída de recursos, deve-se reconhecer uma provisão no período a qual ocorreu a mudança de estimativa da probabilidade.

A seguir, é apresentado o Quadro 4 com relação ao reconhecimento ou não de uma contingência:

**Quadro 4: Reconhecimento das contingências**

<b>Probabilidade de ocorrência do desembolso</b>	<b>Tratamento Contábil</b>
Obrigação presente <b>provável</b> : (a) Mensurável por estimativa confiável: (b) Não mensurável por falta de estimativa confiável:	Provisão é reconhecida e divulgada Divulgação em notas explicativas
Obrigação presente <b>possível</b> : (mais provável que não haja saída do que haja saída)	Divulgação em notas explicativas
<b>Remota</b>	Não é divulgado em notas explicativas

Fonte: Adaptado pelo autor a partir do Apêndice A do CPC 25.

Definidos os parâmetros para o reconhecimento de uma provisão deve-se atentar para os aspectos relativos a sua mensuração. Conforme destaca o CPC 25 (2009), o valor reconhecido de uma provisão, deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A mensuração do valor da provisão também envolve certa dose de julgamento por parte da entidade, complementadas pela experiência de transações semelhantes, ou até por relatórios de peritos independentes. A existência de uma provisão derivada de uma grande população de itens, como por exemplo as provisões para garantias, deve ser estimada de acordo com o valor esperado,



ponderando-se todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades (CPC 25, 2009).

Nesse sentido Ludicibus (2010) destaca que no futuro é provável que o esforço dos contadores se concentre em descobrir métodos de mensuração em termos probabilísticos e não apenas determinísticos.

Para se chegar a melhor estimativa, os riscos e incertezas que envolvem o evento também devem ser levados em consideração por parte da entidade. Conforme destaca o CPC 25 (2009) deve-se ter cautela ao realizar julgamentos em condições de incerteza, e a entidade deve divulgar as incertezas que cercam o valor da provisão. A entidade também deve se atentar ao fato que se o efeito do valor do dinheiro no tempo for material, o valor da provisão deve ser trazida a valor presente dos desembolsos que serão necessários para liquidar a obrigação. Eventos futuros que também possam afetar o valor da obrigação devem ser levados em consideração quando do reconhecimento do valor da provisão.

Quanto a evidenciação dos passivos contingentes e provisões, Marion (2009) destaca que a divulgação das contingências e provisões por intermédio das notas explicativas possuem um papel fundamental na tomada de decisão pelos usuários da informação contábil, enriquecem os relatórios contábeis. Segundo o autor a contabilidade adiciona às outras demonstrações, informações complementares para enriquecer relatórios e evitar que os mesmos sejam enganosos.

Hendriksen e Van Breda (1999) ressaltam que a divulgação de eventos relacionados as contingências, tais como passivos contingentes ou provisões, são primordiais, pois permitem aos usuários das demonstrações a interpretação e incorporação nos modelos de avaliação e predição.

Alguns estudos comprovam o poder da evidenciação dos passivos contingentes, que mesmo não sendo passíveis de reconhecimento, devem ser corretamente evidenciados devido ao potencial de impacto caso haja mudança em sua classificação e esse passe a ser passível de reconhecimento. Scarpin, Macohon

e Dallabona (2013) buscaram verificar se há variabilidade nos índices de endividamento das empresas de diferentes níveis de governança corporativa com ações negociadas na Bovespa nos anos de 2010 e 2011, caso ocorresse o reconhecimento desses passivos contingentes no passivo não circulante das empresas estudadas. Os resultados demonstraram diferenças estatísticas significativas na variabilidade dos índices de endividamento com o reconhecimento das contingências passivas, percebendo-se assim que a assimetria informacional é relevante quando dá falta de evidenciação contábil dos passivos contingentes.

A qualidade da regulamentação do mercado de capitais também é fundamental ao processo de evidenciação contábil. Silva, Silva e Laurencel (2014) estudaram o nível de evidenciação das demonstrações financeiras das empresas da Bovespa em relação aos requisitos do CPC 27, que trata sobre Imobilizado. Uma das conclusões apresentadas pelos autores é que o nível de evidenciação é influenciado pela forma como são conduzidos os processos de fiscalização do mercado de capitais. Concluíram que as empresas que possuem ações negociadas em mercados onde as ações punitivas dos órgãos reguladores sejam mais rigorosas e efetivas, as empresas se aculturam às exigências e a respostas mais instantâneas dos agentes do mercado. Tal característica foi evidenciada pelo fato de empresas caracterizadas como de grande porte associada ao fato de possuir ADR's (*American Depositary Receipts*) ou segmento diferenciado de mercado apresentarem maior nível de evidenciação.

## **2.2 GOVERNANÇA CORPORATIVA**

A conceituação e a apresentação dos mecanismos de governança corporativa, se faz necessária devido o fato das empresas que fazem parte da amostra se tratarem de empresas que participam de um segmento diferenciado de governança corporativa (Novo Mercado) e devem apresentar melhor evidenciação de seus relatórios, inclusive os contábeis.

O segmento Novo Mercado, do qual as empresas da amostra da pesquisa fazem parte, caracteriza-se, segundo Vilela (2005) como um segmento de listagem que se destina à negociação de ações emitidas por empresas que se comprometem, voluntariamente, com a adoção de práticas de governança corporativa adicionais às previstas na legislação. Segundo conceito apresentado no *site* da BM&FBovespa, a listagem nesse segmento especial implica adoção de um conjunto de regras societárias que ampliam os direitos dos acionistas, além da adoção de uma política de divulgação de informações mais transparente e abrangente.

A governança corporativa corresponde a criação de diversos mecanismos de estruturas e incentivos a fim de direcionar o comportamento dos administradores para o cumprimento dos objetivos estipulados pelos acionistas (IBGC, 2007), reduzindo assim o conflito de agência e os problemas relacionados a assimetria informacional. O problema de assimetria informacional, é caracterizado pela falta de sintonia entre os interesses dos agentes, por exemplo, administradores e os dos proprietários (LOPES; MARTINS, 2007).

A Contabilidade dotada das demonstrações financeiras da situação atual da empresa, tem o poder de reduzir o problema de assimetria informacional e assim o conflito de agência. Infere-se que a contabilidade é o caminho para a redução da assimetria informacional (LOPES; MARTINS, 2007).

A informação é essencial para a tomada de decisões estratégicas nas empresas e pelas partes interessadas (Pinto Júnior; Pires, 2009), e por meio do mecanismo da evidenciação, *disclosure*, está relacionado o conceito de transparência corporativa como destacam Múrcia e Santos (2009).

As relações com os *stakeholders*, principalmente os investidores, também são preservadas à medida que eles tem suas expectativas atendidas, principalmente no tocante à transparência das informações da empresa (Oliveira, 2011).

Nesse sentido, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, p.19) traz como um dos princípios básicos a transparência:

Mais do que a obrigação de informar é o desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. A adequada transparência resulta em um clima de confiança, tanto internamente quanto nas relações da empresa com terceiros. Não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação gerencial e que conduzem à criação de valor (IBGC, 2007, p. 19).

As partes interessadas segundo o IBGC, são todos os indivíduos que assumem algum tipo de risco, direto ou indireto, relacionado à atividade da organização, os *stakeholders*. O princípio da transparência vem como forma de garantir que o suprimento de todas as informações necessárias as partes interessadas sejam fornecidas além das quais são obrigatórias por lei ou regulamento.

A formalização de uma política de divulgação de informações é uma das formas de materializar o princípio da transparência segundo o IBGC, e a premissa é de que essa divulgação seja completa, objetiva, tempestiva e igualitária.

### 2.3 ESTUDOS ANTERIORES

Portella *et al.* (2015) estudaram a caracterização, contabilização e divulgação dos passivos contingentes e provisões para contingências nas demonstrações financeiras das empresas de capital aberto de Santa Catarina no exercício de 2013. A partir de uma amostra de 13 empresas, os autores concluem que é possível ter conhecimento básico a respeito das provisões e passivos contingentes das empresas estudadas.

Suave *et al.* (2013) em trabalho a partir de uma amostra das empresas mais negociadas na BM&FBovespa no exercício de 2013 buscaram verificar se as empresas atendem as disposições do CPC 25 quanto a divulgação dos passivos contingentes. Os passivos contingentes mais frequentes foram os relacionados a causas fiscais, cíveis e trabalhistas, e com menor frequência para contingências ambientais. Os autores concluem que apesar de muitas empresas atenderem as

exigências concernentes à evidenciação, não são divulgadas informações suficientes para elucidar os usuários acerca das contingências deixando a desejar na qualidade das informações.

Farias (2006) estudou a divulgação dos passivos contingentes de 32 empresas do setor químico e petroquímico com ações negociadas na Bovespa. A amostra se deu pelo fato de o autor considerar o setor mais exposto a risco que provocam contingências. Os resultados apontam para maior ocorrência de passivos contingentes de origem trabalhista e tributária. O critério de avaliação ou mensuração foi o item menos divulgado. O autor conclui que o grau de divulgação das notas explicativas foi insuficiente para esclarecer aspectos mínimos exigidos pela legislação. Os resultados se situaram abaixo de 50% daquilo que deveria ter sido divulgado. Observou que o critério mensuração na maioria das vezes não foi nem ao menos mencionado.

Caetano *et al.* (2010) buscaram identificar se as companhias de capital aberto do segmento de papel e celulose e que reconheceram passivos contingentes no período de 2005 a 2008 evidenciaram os mesmos conforme recomendações normativas. Os autores encontraram maior ocorrência de passivos contingentes de natureza trabalhista e tributária. Alguns critérios não foram observados pelas empresas quanto a divulgação, por exemplo, dos critérios de avaliação e mensuração, bem como a falta de identificação da probabilidade de ocorrência das contingências, e por fim a não evidenciação de mutuações dos valores no período, como baixas e reversões.

Fonteles *et al.* (2014) buscaram abordar a evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBovespa considerando como prováveis determinantes da evidenciação variáveis como tamanho, setor de atividade, rentabilidade, entre outros. Totalizou uma amostra com 308 empresas. A partir das notas explicativas do exercício de 2010 e com análise por meio de regressão linear múltipla, os resultados demonstraram que persistem antigas práticas contábeis e baixa adequação ao CPC 25. Concluíram também que a evidenciação é influenciada de forma positiva por variáveis como setor de atividade

como o de energia elétrica, eletrônicos, comércio, tamanho e rentabilidade, e de forma negativa por variáveis como liquidez, setor de atividade como o de construção e segmento de listagem tradicional.

Oliveira, Benetti e Varela (2011) buscaram analisar o nível de *disclosure* obrigatório das provisões, ativos contingentes e passivos contingentes das empresas da BM&FBovespa nos anos de 2009 e primeiro trimestre de 2010. Os resultados indicaram que o CPC 25 não impactou o nível de evidenciação pois já eram práticas adotadas pelas empresas. Verificaram que vários itens não foram divulgados tais como às incertezas dos valores, natureza da obrigação e cronograma de saída. Os autores chamam atenção para o fato de mesmo a evidenciação apresentar caráter coercitivo, as empresas não atenderam completamente o CPC 25 não atingindo *full disclosure*.

Prado (2014) procurou evidenciar riscos potenciais representados pelas informações contidas nas provisões e passivos contingentes por intermédio das demonstrações contábeis de 2002, 2006, 2010 e 2012 em empresas do setor elétrico com ações listadas na Bovespa. Verificou evolução das informações divulgadas pelas empresas que segundo o autor foi devido a modernização da regulamentação contábil no período. O autor verificou que as empresas do setor apresentam uma curva de aprendizagem com relação a evolução da legislação aplicável as provisões e passivos contingentes.

Oliveira (2011) procurou identificar o nível de *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes apresentados pelas empresas listadas no segmento novo mercado da BM&FBovespa no exercício de 2010. Utilizou como base teórica as teorias que dão sustentação a evidenciação das empresas como a teoria da agência, teoria da divulgação, teoria dos *stakeholders* e teoria da legitimidade. Os resultados demonstram nível de *disclosure* médio para as provisões e baixo para os passivos contingentes. Outro resultado importante é o fato que a propensão para o relato das contingências não depender do tamanho do ativo, nem da relevância da contingência. A autora concluí que a divulgação voluntária com respeito as contingências é baixo.

Da Silva (2012) objetivou verificar existência de relação entre a qualidade da governança corporativa e o nível de evidenciação requerido por um conjunto de pronunciamentos técnicos (CPC). Foi utilizada uma amostra de 54 companhias abertas do índice Ibovespa durante o ano de 2010. Verificou-se que não houve relação explicativa significativa entre a estrutura de governança corporativa e o nível de evidenciação das informações contábeis exigidas pelos pronunciamentos. Outro resultado importante é que nenhuma empresa obteve valor máximo no índice de evidenciação, ou seja, nenhuma empresa cumpriu de forma integral as normas sobre evidenciação. Concluiu que não existe associação explicativa entre práticas de governança corporativa e seu nível de evidenciação obrigatório.

Da Silva, Carraro e Da Silva (2014) analisaram o cumprimento das exigências do reconhecimento, mensuração e divulgação dos passivos contingentes conforme estabelecido pelo CPC 25 em empresas do segmento de mineração, siderurgia e metalurgia do Nível 1 de governança corporativa da BM&FBovespa. Verificaram que os passivos contingentes são mais representativos que as provisões. Observaram também inadequação quanto a nomenclatura usada pelas empresas quanto a passivos apropriados por competência, os *accruals*, que não são provisões. Os autores concluem que não são cumpridas as exigências observadas no CPC com o reconhecimento, mensuração e divulgação.

Desta forma, pode-se observar que as problemáticas e estudos relacionados aos passivos contingentes e provisões foram abordados em diversos estudos, e continuam sendo um tema frequentemente estudado. Abre-se espaço assim para elaboração de trabalhos que tenham diferentes objetivos específicos, ou amostra diferentes das acima citadas.

### **3 ANÁLISE DOS DADOS**

A análise dos dados foi feita em ordem crescente de tamanho do ativo das empresas da amostra, em seguida foi realizada uma análise das empresas em conjunto, e por fim comparação quanto aos estudos anteriores.

#### **3.1 ANÁLISE POR EMPRESA**

A primeira parte da análise de dados balizou-se no estudo por empresas. Dotados das demonstrações financeiras em conjunto com o *checklist* criado para observar à correta adequação ao CPC 25 quanto a divulgação das contingências. Foram estudadas em ordem: Embraer S.A., WEG S.A., lochpe-Maxion S.A., Mills S.A., Valid S.A., Indústrias Romi S.A., MetalFrio S.A., Lupatech e CSU CardSystem S.A.

##### **3.1.1 Embraer**

Por meio das notas explicativas da Embraer em conjunto com o seu balanço patrimonial, pode-se perceber que a provisão mais representativa (quando comparadas ao total de provisões) no período se refere a provisão com garantias de produtos com 35,11%, seguido de provisões trabalhistas, fiscais e cíveis com 32,34%.

Chama atenção o fato de a provisão com garantias ser a mais representativa. Uma garantia é reconhecida como uma provisão, pois existe um evento que gera a obrigação que é a venda do produto com garantia, é provável que haja saída de recursos incorporando benefícios econômicos para a liquidação e é possível ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.



O CPC 25 destaca que quando há várias obrigações semelhantes, como garantias com produtos, a avaliação da probabilidade de que uma saída de recursos será exigida na liquidação deverá considerar o tipo de obrigação como um todo, embora possa ser pequena a probabilidade de uma saída de recursos para um item isolado, pode ser provável que alguma saída de recursos ocorra para o tipo de obrigação.

A evidenciação dos parâmetros para mensuração por parte da Embraer, da provisão com garantias, pode ser observado na nota explicativa da empresa como segue:

Constituídas para fazer face aos gastos relacionados a produtos, incluindo garantias e obrigações contratuais para implementação de melhorias em aeronaves entregues com a finalidade de assegurar o atingimento de indicadores de desempenho. Em 2014, a Companhia **revisou a base de estimativa** para a constituição das provisões de garantia de produtos relacionados aos programas da aviação comercial. A revisão ocorreu, **considerando dados históricos dos E-jets e expectativas de gastos futuros** e como consequência dessa revisão, as aeronaves entregues a partir de 2015 passaram a ter um reconhecimento menor do que seria reconhecido caso tivesse mantido os critérios de estimativas anteriores. (Notas explicativas Embraer S.A., 2014. Grifo do autor)

Cabe aqui destacar os itens 38 e 39 do CPC 25, relacionado a mensuração das provisões: as estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinados pelo julgamento da entidade, complementados pela experiência de transações semelhantes, e quando a provisão a ser mensurada envolver uma grande população de itens, a obrigação deve ser estimada ponderando-se todos os possíveis desfechos. A mensuração da provisão pela empresa, foi feita por meio de experiência passada da entidade e a expectativas futuras da porcentagem de bens com defeito e bens sem defeito para então chegar ao “valor esperado” da obrigação.

Também é possível verificar a aplicação do item do CPC 25 que trata de mudança na provisão. As provisões devem ser reavaliadas em cada data do balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Houve revisão por parte da empresa, a partir de dados históricos das aeronaves da expectativa com gastos futuros relacionada a garantias.

O segundo grupo de provisões com maior representatividade foi o de provisões trabalhistas, fiscais e cíveis. A entidade demonstrou a partir de quadro complementar as principais obrigações prováveis segmentando essas provisões e apresentando descrição dos riscos e incertezas que envolvem os valores.

Com relação aos passivos contingentes que foram valorados e evidenciados, a maior relevância de valor é com relação a tratativa de auto de infração lavrado pela Receita Federal seguida por processos trabalhistas diversos.

A entidade também apresenta informações com relação a uma intimação que recebeu da *Securities and Exchange Commission* (SEC) e do Departamento de Justiça dos Estados Unidos com relação a não conformidade com a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA), pela qual a companhia por meio de parecer de advogados externos, acredita não existir base de mensuração adequada para estimar provisões. O CPC 25 deixa claro que caso não possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação, nenhuma provisão deve ser reconhecida. Segue trecho da evidenciação feita pela empresa:

(...) Qualquer medida que vier a ser tomada nestas ou em outras investigações ou procedimentos ou seus desdobramentos, ou qualquer acordo que a Companhia venha a celebrar, podem resultar em multas significativas ou em outras sanções ou consequências adversas. Baseada no parecer dos advogados externos, a Companhia acredita que **não existe base adequada, no momento, para estimar provisões** ou quantificar possíveis contingências relacionadas a este assunto. (Notas explicativas Embraer S.A., 2008. Grifo do autor)

De modo geral, a evidenciação da Embraer atendeu as exigências de divulgação para provisões e passivos contingentes. O índice de evidenciação para as provisões foi de 83,33% e de 100% para os passivos contingentes, demonstrando assim compromisso da empresa com o ambiente regulatório que a cerca.

### 3.1.2 WEG S.A

A WEG S.A é considerada uma empresa consolidada no setor de atuação e possui forte presença nos mercados interno e externo. Nesse contexto de intensa concorrência pode surgir a prática de sinalização ao mercado, por meio de garantias, por exemplo, a fim de reduzir a assimetria informacional. Como destaca Varian (2012) em seu exemplo de carros usados bons e ruins, os proprietários de carros bons usados tem um incentivo para tentar comunicar o fato de que eles tem um carro bom, sinalizando da qualidade de seus carros com garantias sobre seus carros.

A empresa em sua nota explicativa relacionado as práticas contábeis, estabeleceu os parâmetros para a provisão com garantias. Chamou atenção o fato de quando procurado o termo “garantia” em suas notas explicativas, foram encontrados algumas vezes em temas que fogem do escopo desse trabalho como garantias para empréstimos, mas também foi encontrado na Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto, um registro com “Provisão para garantia de produtos” de cerca de vinte e três milhões de reais, ou seja, um valor representativo.

**Figura 1: DFC Indireta WEG S.A. 2014**

#### WEG S.A.

#### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
<b>Atividades operacionais</b>				
Lucro antes dos impostos	958.257	841.041	1.227.929	1.084.879
Depreciações e amortizações	117	117	250.477	218.279
Despesas com plano de opções de compra de ações	919	567	919	567
Equivalência patrimonial	(876.188)	(798.281)	-	-
Provisão para risco de crédito	-	-	11.723	9.783
Provisão de passivos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	23.515	28.721
Provisão para perdas nos estoques	-	-	5.537	6.394
<b>Provisão com garantia de produtos</b>	-	-	<b>23.577</b>	<b>11.486</b>
Baixa de ativos não circulantes	-	-	2.541	15.052
Juros provisionados de empréstimos e financiamentos	-	-	146.296	138.564
Participação no resultado - colaboradores	-	-	168.138	142.872
	<b>83.105</b>	<b>43.444</b>	<b>1.860.652</b>	<b>1.656.597</b>

Fonte: Retirado das notas explicativas da WEG S.A., 2014. Grifo do autor.

A partir daí se justificaria abrir essa provisão na nota explicativa que trata das provisões, porém não se percebeu qualquer tipo de evidenciação com relação a garantias com produtos. Uma outra forma de verificar a existência da garantia dos produtos por parte da empresa, foi o fato de quando feita pesquisa no *site* da empresa por garantia de seus produtos, foram encontradas garantias para *NoBreaks*, por exemplo, um produto comercializado pela empresa.

Poderiam essas garantias estar registradas como “Provisões – outras” com valor de dois milhões e quinhentos mil reais conforme as notas explicativas, mas não foi possível detectar o conteúdo dessas “outras” provisões, pois a empresa não revelou do que se trata esse grupo de provisões. Outra hipótese pode ser o fato de que essas “outras provisões” serem consideradas irrelevantes com relação ao montante total das provisões, menos de 1% do total. Porém o CPC 25 destaca que a evidenciação deve ser feita para cada classe de provisões, ou seja, se há o registro de outras provisões, a entidade deve evidenciar do que se trata esse grupo.

Deve-se destacar o fato da empresa apresentar as provisões de forma muito sucinta nas notas explicativas. Segue trecho retirado da nota explicativa, relativo a processos junto ao INSS, cujo valor representa cerca de 15% do total das provisões:

- (i) Contingências tributárias:
  - (a.2) Refere-se as Contribuições devidas à Previdência Social. As discussões judiciais referem-se a encargos previdenciários incidentes sobre a previdência privada, participação nos lucros, salário educação e outros.  
(Retirado das notas explicativas da WEG S.A., 2014).

Não são divulgadas, por exemplo, informações sobre as incertezas que cercam o valor das obrigações ou cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos.

As contingências classificadas como possíveis, os passivos contingentes, estão apresentados com seus respectivos valores, mas apresentam poucas informações sobre as incertezas relacionadas ao valor ou momento da ocorrência da saída. Há de destacar, que existe uma breve descrição dos passivos contingentes, que assim como as provisões, apresenta baixa característica informacional. Abaixo a evidenciação na íntegra:

**e) Contingências possíveis:**

A Companhia e suas controladas são parte de outras discussões judiciais, cujas probabilidades de perdas estão classificadas como “possíveis”, e para as quais não foram constituídas provisões para contingências.

(ii) Os valores estimados de tais discussões referem-se aos processos tributários no montante de R\$ 66.326 (R\$ 85.142 em 31 de dezembro de 2013). Os principais processos classificados como “possível” são:

- tributação sobre os lucros auferidos do exterior no montante estimado de R\$ 45,0 milhões;

- não homologação de créditos de IPI no montante de R\$ 10,6 milhões.

(Retirado das notas explicativas da WEG S.A., 2014).

Por fim, a companhia cumpriu 66,67% dos requisitos solicitados tanto para provisões quanto para passivos contingentes. A maior representatividade das provisões foi: trabalhistas (35,46%), tributárias (35,07%) e cíveis (28,49%).

**3.1.3 lochpe-Maxion**

A companhia apresentou no exercício de 2014, provisões fiscais que representaram um total de 59,20% do total das provisões, cíveis com 22,50% e trabalhistas com 18%. Não houve qualquer menção à outras provisões a não ser as acima citadas. O índice de evidenciação para provisões foi de 66,67% e de passivos contingentes de 100%.

Foram apresentados quadros com as provisões, evidenciando as mutuações ocorridas no período, como adições, pagamento e reversões no período. Novamente a divulgação das incertezas e o cronograma esperado da saída de recursos para as provisões não foi divulgado.

Com relação aos passivos contingentes, a evidenciação atendeu aos requisitos solicitados pelo CPC 25. É importante destacar um processo de natureza fiscal no qual a sua classificação em sua totalidade era considerada remota em 2013, e que passou em 2014 a ter parte considerada parte como possível, ou seja, houve o desmembramento do valor do passivo contingente pois a entidade assume que parte do processo é possível e parte é remota. Segue evidenciação da empresa:

(...) A classificação do risco do referido processo em 31 de dezembro de 2013 era considerada remota em sua totalidade, o qual para 30 de julho de 2014 passou a ser **parte classificada como possível**, no montante de R\$136.351, e **parte como remota**, no montante de R\$154.022. (Nota explicativa lochpe-Maxion S.A., 2014. Grifos do autor.)

Assim como verificado na Embraer, pode-se verificar que a empresa fez a reavaliação de suas contingências no exercício de 2014 conforme destaca o CPC 25.

### 3.1.4 MAHLE Metal Leve S.A

A companhia discriminou as provisões e passivos contingentes em três notas explicativas (21, 22 e 23). Uma chamada “Provisões diversas”, outra “Provisões para garantias” e outra “Provisão para contingências e depósitos judiciais vinculados a processos judiciais”. A partir daí pode-se perceber que as provisões cíveis, tributárias e trabalhistas representam um montante de 85,38% das provisões totais, seguido de provisões diversas com 5,98% e provisões com garantias com 5,74%.

Dentro das provisões diversas, é possível verificar a existência de provisão para perdas com contratos, bonificação comercial, energia elétrica, outras e reestruturação, em ordem de representatividade de valor. Destas a empresa apenas apresenta breve descrição da natureza da obrigação na provisão para perdas com contratos e para reestruturação. Não é possível identificar do que se tratam as provisões para energia elétrica, nem bonificação comercial.

No que se refere as provisões para garantias, a empresa traz quadro detalhado dessa provisão, bem como descrição e a base para mensuração do valor, como segue trecho de evidenciação:

Calculada sobre a venda de produtos, tendo como base os **percentuais históricos de gastos** e para os casos já identificados em que a Companhia e suas controladas estimam despende recursos na substituição e reparo de produtos, incluindo-se os chamados *recalls* (...)  
(Retirada das Notas Explicativas MAHLE S.A., 2014. Grifo do autor)

A última nota explicativa relativa as provisões é o que engloba os valores mais representativos, com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais. A empresa também inseriu nessa nota explicativa um item chamado “Passivo ambiental” que representa cerca de 4% do total do grupo. Para esse foi feita apenas menção de que se trata da projeção de gastos necessários para conservar áreas ambientais utilizadas pelo grupo. Se tratando de projeção de gastos, o nome correto seria provisão e não passivo.

É importante destacar que as demonstrações contábeis tratam da posição financeira de entidade no fim do seu período de divulgação e não da sua possível posição no futuro, como bem destaca o CPC 25. Logo nenhuma provisão deverá ser reconhecida para despesas que necessitam ser incorridas no futuro. As provisões decorrem de eventos passados, ou seja, a “provisão ambiental” se dá na data da utilização do terreno podendo ser uma obrigação formalizada, por meio de lei que obrigue a conservar as áreas, ou não formalizada, a partir de histórico da entidade de honrar esse tipo de compromisso, por exemplo.

Não obstante o fato de o reconhecimento da provisão surgir de evento passado, e entidade deverá avaliar os eventos futuros que possam vir a afetar o valor provisionado para a limpeza do local, por exemplo. Esses eventos podem ser melhorias tecnológicas que podem reduzir o valor a ser inicialmente reconhecido para conservar as áreas degradadas pela empresa. O CPC 25 destaca que essas mudanças devem ser suportadas por evidência suficientemente objetiva.

Os passivos contingentes foram brevemente descritos, expostos apenas que se tratam de causas trabalhistas, cíveis e tributárias, não havendo indicação clara sobre as incertezas que cercam o valor ou o momento da ocorrência da saída de benefícios econômicos. Foram apenas apresentados o valor do montante total dos processos que a empresa aponta como probabilidade de perda possível, como segue:

**Causas com perdas possíveis**

Em 31 de dezembro de 2014, o Grupo possui causas trabalhistas, cíveis e tributárias, no montante de R\$ 38.855 (R\$ 13.314 em 31 de dezembro de 2013), em discussão nas esferas competentes, cuja avaliação da Administração da Companhia aponta para uma probabilidade de perda possível. (Retirado das notas explicativas da MAHLE S.A., 2014.)

O índice de evidenciação para as provisões foi de 66,67% e para os passivos contingentes de 33,33%, verificando-se assim baixa adequação ao itens do CPC 25 referentes a divulgação dos passivos contingentes

### **3.1.5 Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.**

A empresa apresentou no exercício de 2014 quatro tipo de provisões: tributárias, trabalhistas, honorários de êxito e cíveis, representando 34,19%, 31,62%, 27,93% e 6,26% do total das provisões, respectivamente. A empresa atingiu um índice de evidenciação de 66,67% para as provisões e passivos contingentes.

Chamou a atenção foi a provisão para honorários de êxito. Segundo a companhia os honorários são fixados em até 10% sobre o valor da causa, garantindo aos consultores jurídicos externos, os honorários na proporção do êxito obtido na demanda e o pagamento está condicionado ao encerramento favorável dos processos.

De maneira geral, a evidenciação na nota explicativa foi maior para a composição depósitos judiciais do que das provisões, o que chama atenção pois a nota explicativa se refere as provisões. Faltou evidenciação do cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos futuros.

Com relação aos passivos contingentes a companhia apresentou corretamente a natureza e as estimativas de seus efeitos financeiros. Os contingências tributárias foram as mais exploradas nas notas explicativas. O montante dessas causas tributárias representa cerca de 60% do total dos passivos contingentes.



### 3.1.6 VALID S.A.

As provisões foram classificadas como trabalhistas, cíveis, comerciais e outras, e tributárias com representatividade de 92,23%, 7,24% e 0,53% respectivamente. A entidade não divulgou os valores não utilizados revertidos no período, bem cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos futuros.

Os passivos contingentes foram melhor evidenciados quando comparados as provisões. Isso pode ser percebido por meio do índice de evidenciação na qual as provisões atingiram um índice de 50% e os passivos contingentes 100%. A empresa apresentou quadro semelhante ao apresentado nas provisões, mas o nível de detalhamento foi maior possivelmente pelo fato dos passivos contingentes representarem maior montante quando comparadas as provisões. Importante destacar que essa prática não tem respaldo no CPC 25. O fato de passivos contingentes serem mais representativos financeiramente não exime a entidade de divulgar as provisões como determina o CPC 25.

### 3.1.7 Indústrias Romi S.A.

Grande parte das provisões da entidade são fiscais com aproximadamente 92,39%. O valor residual se refere a provisões cíveis e trabalhistas. Na divulgação das provisões não ficou claro em alguns grupos, as incertezas que cercam os valores e o cronograma de saída de recursos. As provisões fiscais, foram evidenciadas de forma bastante sucinta. Cíveis e trabalhistas apenas trouxeram informações de que se referem à ações judiciais em discussão, também de forma bastante sucinta. Segue evidenciação por parte da empresa de suas provisões fiscais:

**(a) Processos fiscais**

Corresponde a provisão para:

(i) PIS e COFINS sobre ICMS de vendas no montante de R\$ 8.040 (2013 - R\$ 7.190) e R\$ 37.032 (2013 - R\$ 33.116), respectivamente.

- (ii) Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sobre serviços prestados por cooperativas no montante de R\$ 2.862 (2013 - R\$ 2.548).
- (iii) Os demais processos tributários somam R\$ 1.205 (2013 - R\$ 5.281).  
(Retirado das notas explicativas da Romi S.A, 2014).

Com relação aos passivos contingentes, a empresa apenas demonstrou um quadro em que divide as contingências em três: cíveis, trabalhistas e fiscais. Não houve qualquer tipo de evidenciação quanto as incertezas que cercam o valor divulgado e também faltou uma breve descrição da natureza do passivo contingente que é a evidenciação mínima exigida pelo CPC.

O índice de evidenciação para a empresa foi de 66,67% para as provisões e 33,33% para os passivos contingentes. Infere-se assim a possibilidade da entidade aumentar o nível de evidenciação proposto pelo CPC 25.

### **3.1.8 Metalfrio Solutions S.A.**

A companhia dividiu as provisões em duas notas explicativas: uma chamada “provisão para riscos” e outra “provisão diversas”. No primeiro grupo, a evidenciação foi baixa. Não foram divulgados, por exemplo, as reversões do período, indicação das incertezas relacionadas ao valor ou o cronograma de saídas de recursos. A seguir trecho da evidenciação realizada pela empresa.

**Figura 2: Nota explicativa 18 – Metalfrio Solutions S.A. 2014**

#### **18 Provisão para riscos**

A Companhia e suas controladas são partes (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Considerando o prognóstico dos processos administrativos e judiciais em andamento classificados em perda provável, possível ou remota, realizado por assessores legais, a Companhia registrou provisão para perdas prováveis. Portanto, uma contingência é reconhecida em nosso balanço quando (a) a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação possa ser estimado com suficiente segurança. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas de risco envolvidas e analisadas caso a caso, de acordo com consultas realizadas junto aos nossos assessores legais e consultores jurídicos externos.

Fonte: Extraído das notas explicativas da Metalfrio S.A, 2014.

Nem mesmo a descrição sobre a natureza da provisão foi evidenciado pela empresa, apenas indicando que os valores constituídos por processos trabalhistas e cíveis. Verifica-se também que a empresa apenas transcreveu os itens que o CPC 25 traz para o reconhecimento de uma provisão.

O grupo chamado “provisão diversas” é o mais representativo e apresenta os valores relativos as comissões pagas a representantes, garantias, provisões com pessoal, bonificações de vendas, outras obrigações comerciais e outras obrigações administrativas. A provisão com garantias é a de maior valor do grupo seguida de provisões com pessoal.

**Figura 3: Nota Explicativa: “Provisões diversas” – Metalfrio S.A. 2014**

	Consolidado				
	Saldo 31/12/2013	Adições	Utilização	Varição Cambial	Saldo 31/12/2014
Comissões a pagar a representantes	1.132	2.192	(1.382)	69	2.011
Garantia	9.617	2.516	(1.105)	(257)	10.771
Provisões com pessoal	893	6.500	(1.538)	(2)	5.853
Bonificações de vendas	-	502	-	-	502
Outras obrigações comerciais	1.769	3.121	(2.719)	127	2.298
Outras obrigações administrativas	2.446	6.516	(7.096)	2	1.868
	<u>15.857</u>	<u>21.347</u>	<u>(13.840)</u>	<u>(61)</u>	<u>23.303</u>

Fonte: Extraído das notas explicativas da Metal Frio S.A.,2014.

Nesse grupo, assim como no primeiro, a evidenciação é baixa. Não foram divulgados a natureza das obrigações, cronograma esperado de saída de recursos, indicação sobre incerteza de valor, entre outros. Ou seja, os valores das provisões foram apenas divulgados nas tabelas, com baixo valor informacional para os usuários das demonstrações. O índice de evidenciação foi de 50% para as provisões.

Importante destacar que a simples divulgação das políticas contábeis relacionadas a essas contas não exime a entidade de evidenciar corretamente os

itens relacionados as provisões e passivos contingentes como determinado pelo CPC 25.

Com relação a divulgação dos passivos contingentes, a empresa atingiu um índice de evidenciação de 33,33%. A entidade divulgou apenas os respectivos valores dos processos trabalhistas, tributários e cíveis. Não foi divulgado, por exemplo, uma breve natureza dos passivos nem indicações sobre as incertezas que cercam o valor.

### **3.1.9 Lupatech**

A entidade reconheceu provisões trabalhistas (57,03%), fiscais (33,61%) e cíveis (9,36%) com relação ao total de provisões. Foi divulgado quadro por parte da empresa, separando as obrigações consideradas possíveis e prováveis, e pode-se perceber que a maior parte das ações é considerada como possível (passivos contingentes).

O índice de evidenciação para provisões foi de 50% e para passivos contingentes de 66,67%. Um dos itens que a entidade deixou de divulgar foram os valores não utilizados e revertidos no período, penalizando assim o seu índice de divulgação das provisões. Também quanto as provisões, não foram evidenciados cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos.

Chamou atenção dentro do item que trata das contingências nas notas explicativas, os ativos de indenização. O texto explica que a companhia tem direito a ser ressarcida ao limite de cinquenta milhões, referente a prejuízos que venha a incorrer decorrente de eventuais contingências não conhecidas, conforme estabelecido em contrato de Acordo de Investimento com a GP *Investments* e demais partes.

As provisões trabalhistas, que são as mais representativas dentro do grupo de provisões foram brevemente descritas e não houve indicação das incertezas sobre valor ou cronograma de saídas. A empresa apenas informou que nenhuma das ações representam valores individualmente significativos.

Quanto aos passivos contingentes, foram evidenciados a descrição, a estimativa do seu efeito financeiro, mas não foram divulgados a indicação das incertezas relacionados ao valor ou o momento de ocorrência de qualquer saída.

### 3.1.10 CSU Cardsystem S.A.

Houve de início, dificuldades para encontrar as notas explicativas relativas as provisões, pois a nota explicativa está descrita como: passivos e depósitos judiciais. É importante destacar que o nome deveria ser Provisões e depósitos judiciais, pois se estiver descrita como na nota explicativa (passivos e depósitos judiciais), poderíamos derivar que estão ali contidos passivos apropriados, por exemplo, por competência, ou as contas a pagar, ou até empréstimos. O CPC 25 enfatiza: provisões são passivos de valores ou prazos incertos e devem ser divulgados separadamente.

**Figura 4: Trecho Balanço Patrimonial CSU CardSystem S.A. 2014**

Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	10	32.005
Arrendamento mercantil	10	12.991
<u>Passivos judiciais</u>	15	62.155
Tributos a recolher	12	335
		<u>107.486</u>

Fonte: Retirado das notas explicativas da CSU S.A., 2014. Grifos do autor.

**Figura 5: Trecho Nota explicativa CSU CardSystem S.A. 2014**

## 15. Passivos e depósitos judiciais

- 15.1. Os passivos judiciais da Companhia, classificados com chance de perda provável, são apresentados como segue:

Fonte: Retirado das notas explicativas da CSU S.A., 2014.

Porém quando analisado o escopo da nota explicativa, percebe-se que se tratam das provisões, não obstante o fato da empresa utilizar nomenclaturas no decorrer da nota como: movimentação do passivo judicial. Em momentos a empresa fala de passivos judiciais, outros em provisões, dentro da mesma nota explicativa.

As provisões mais representativas no exercício de 2014 foram as tributárias, seguidas das trabalhistas e cíveis. As de natureza trabalhistas e cíveis não houve qualquer indicação das incertezas sobre o valor, cronograma de saídas, nem mesmo breve descrição da natureza da obrigação. Segue trecho da evidenciação realizada pela empresa.

**15.4. Natureza dos passivos judiciais--Continuação**

(b) Trabalhistas - consideram o estágio atual dos processos em andamento em caso de perdas prováveis.

(c) Ações cíveis - são relacionadas a ocorrências comuns aos processos inerentes à prestação dos serviços.

(Retirado das notas explicativa da CSU S.A., 2014).

As perdas possíveis, foram divulgadas. Foram demonstrados os valores dos passivos contingentes, bem como descrição da natureza da contingência. Não foram indicados as incertezas relacionadas ao valor ou o momento de ocorrência de qualquer saída de recursos. O índice de evidenciação atingiu um percentual de 66,67% para provisões e passivos contingentes.

### 3.2 ANÁLISE DAS EMPRESAS EM CONJUNTO

Nesta seção foram feitas análises conjunta dos dados, por meio de índice médio de evidenciação, coeficiente de correlação e comparação dos resultados encontrados na pesquisa com estudos relacionados ao tema.

### 3.2.1 Quanto à apresentação dos dados

O índice médio de evidenciação das provisões para as empresas da amostra foi de 63,33%. Já para os passivos contingentes o índice de evidenciação médio foi de 70%. O percentual máximo de evidenciação para as provisões foi de 83,33% e o mínimo foi de 50%. Já para os passivos contingentes o máximo atingido foi de 100% e o mínimo de 33,33% de evidenciação. O gráfico 1 demonstra o índice de evidenciação de cada empresa da amostra.

Gráfico 1: Evidenciação por empresa.



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Com relação as provisões, pode-se perceber que a maioria das empresas cumpriram as exigências propostas pelo item 84 do CPC 25. Esse item apresenta como exigência para evidenciação itens de caráter mais quantitativo, por exemplo, valores adicionados as provisões no período, valores iniciais e finais das provisões, reversões e valores utilizados no período, ou seja, incorridos ou baixados contra as provisões.

O item 85 do CPC 25, também referente as provisões, foi menos evidenciado, sendo evidenciado de forma incompleta ou algumas vezes nem ao menos seus requisitos foram verificados nas notas explicativas das empresas. Este item traz informações de caráter mais qualitativo, ou seja, indicações sobre as incertezas que cercam os valores ou o cronograma de saída. Algumas entidades não divulgaram nem ao menos a natureza da obrigação à qual reconheceram nas suas demonstrações.

No escopo do item 85, são exigidos, mas não somente: breve descrição da natureza das obrigações e o cronograma de quaisquer saídas de benefícios econômicos, e indicação sobre o valor ou cronograma dessas saídas. Essas exigências trazem em comum o fato da necessidade da divulgação do cronograma de saídas. Poucas empresas apresentaram esta informação.

Grande parte das empresas confere maior ênfase na descrição das provisões mais representativas. Porém se existe o reconhecimento de uma provisão deve haver atendimento aos requisitos solicitados, independente do montante. Logo, se a empresa deixasse de evidenciar a descrição de apenas uma provisão de um grupo, este item foi classificado como “Não divulgado”.

O CPC 25 deixa claro que a entidade é dispensada de divulgação somente quando essa informação puder prejudicar o resultado de uma ação, como por exemplo, no caso de disputas de patentes. Nesses casos, a entidade reconhece uma provisão pela melhor estimativa da obrigação, mas não divulga as informações requeridas pelos itens 84 e 85. Não houve qualquer indicação nesse sentido pelas empresas, logo presume-se que todas deveriam divulgar os itens 84 e 85.

O quadro 5 demonstra o percentual de divulgação desses itens. O item 84 do CPC 25 é aqui representado pelas letras “a” até “e” e o item 85 pelas letras “f” até “h”.



**Tabela 1: Itens evidenciados quanto as provisões avaliados na pesquisa.**

<b>1) Provisões</b>	<b>TOTAL</b>
(a) Valor Contábil no início e no fim do período	<b>100%</b>
(b) Provisões adicionais do período ou aumento nas provisões existentes	<b>100%</b>
(c) Valores Utilizados (incorridos e baixados contra a provisão)	<b>100%</b>
(d) Valores não utilizados revertidos no período	<b>70%</b>
(e) Aumento durante o período no valor descontado a valor presente	-
(f) Breve descrição da natureza das obrigações e o cronograma esperado de saídas	<b>0%</b>
(g) Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.	<b>10%</b>
(h) Valor de qualquer reembolso esperado	-

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Quanto aos passivos contingentes, três empresas não divulgaram uma breve descrição da natureza da contingência, apesar de apresentarem os valores dos passivos contingentes. Com relação à indicação das incertezas relacionada ao valor ou momento da ocorrência de saída de benefícios econômicos, seis empresas (60%) não fizeram essa divulgação ou divulgaram de forma incompleta.

O item relacionado a estimativa do efeito financeiro dos passivos contingentes foi divulgado por todas as empresas. Considerou-se divulgado esse item quando a empresa apresentou valores para os passivos contingentes. O quadro 6 demonstra o percentual de evidenciação dos requisitos do item 86.

**Tabela 2: Itens evidenciados quanto aos passivos contingentes avaliados na pesquisa.**

<b>2) Passivos Contingentes</b>	<b>TOTAL</b>
(a) Breve descrição da natureza do passivo	<b>70%</b>
(b) Estimativa do seu efeito financeiro (quando praticável)	<b>100%</b>
(c) Indicação das incertezas relacionadas ao valor ou ocorrência de qualquer saída	<b>40%</b>
(d) Possibilidade de qualquer reembolso	-

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

A tabela 1 traz as proporções das provisões com relação ao passivo total e dos passivos contingentes.

**Tabela 3: Provisões e passivos contingentes proporcional ao passivo total**

	<b>Provisões/passivo total</b>	<b>Passivos contingentes/passivo total</b>
<b>Até 5%</b>	6 (60%)	6 (60%)
<b>A partir 5% a 25%</b>	3 (30%)	3 (30%)
<b>A partir 25% a 50%</b>	1 (10%)	1 (10%)

Fonte: Dados da pesquisa(2015).

Percebe-se que 60% da amostra possui provisões reconhecidas como proporção de até 5% do passivo total. Três empresas, 30%, possuem a partir de 5% a 25% e uma empresa possui a partir de 25% até 50% do passivo total reconhecido como provisão. Os mesmos resultados foram encontrados quando comparados os passivos contingentes valorados e divulgados pelas empresas com relação ao passivo total.

A empresa CSU Cardsystem S.A., que possuía mais de 25% do seu passivo reconhecido como provisão, atingiu um índice de evidenciação de 66,67%. Já a empresa que possui a maior representatividade de seus passivos contingentes com relação ao passivo total (21,84%), a Valid S.A., atingiu um índice de evidenciação de 100% para os passivos contingentes.

Do grupo de empresas que possuía a partir de 5% até 25% de provisões como proporção do passivo total, o índice médio de evidenciação foi de aproximadamente 61%. As empresas que apresentaram a mesma proporção (5% até 25%) dos passivos contingentes com relação ao passivo total, apresentaram um índice de divulgação aproximadamente 78%.

As empresas que reconheceram até 5% de provisões com relação ao passivo total apresentaram um índice médio de evidenciação de aproximadamente 64%. Já o índice médio de evidenciação para o grupo de empresas com até 5% de passivos contingentes com relação ao passivo total foi de cerca de 61%.

Percebe-se então, apesar da amostra de empresas ser pequena, que quanto maior a proporção dos passivos contingentes com relação ao passivo total, maior o

índice de evidenciação. Não foi possível verificar tal característica quanto às provisões.

Em outra linha de análise, verificou-se um coeficiente de correlação de Pearson positivo entre o tamanho do ativo e índice de evidenciação das provisões, com um coeficiente de correlação de cerca de 0,73. Já quando verificada a correlação entre tamanho do ativo e índice de evidenciação dos passivos contingentes o coeficiente foi de aproximadamente 0,37.

Os resultados do coeficiente mostram que a característica tamanho do ativo é positivamente correlacionado com a evidenciação das provisões, ou seja, quanto maior tamanho do ativo maior evidenciação das provisões e passivos contingentes. Porém é fundamental destacar que essa relação foi mais forte quanto ao tamanho do ativo e evidenciação das provisões. Quanto ao tamanho do ativo e passivos contingentes, o coeficiente não é forte suficiente para maiores conclusões. Destaca-se o fato de que a amostra de empresas é pequena possivelmente não há normalidade no índice de evidenciação e no ativo, sendo um fator limitador a pesquisa.

Com relação as provisões mais verificadas, observa-se no quadro 5, que as provisões relacionadas a questões fiscais e trabalhistas foram reconhecidas e divulgadas por todas as empresas da amostra. Provisões cíveis foram reconhecidas e divulgadas por 90% das empresas da amostra. “Outras provisões” foram apresentadas por 40% das empresas. As provisões com garantias foram reconhecidas e divulgadas por 30% das empresas e provisões ambientais por 20%.

**Quadro 5: Provisões mais comuns**

<b>Provisões mais comuns na amostra:</b>	
Trabalhistas	100%
Fiscais	100%
Cíveis	90%
Outras	40%
Garantias	30%
Ambientais	20%

Fonte: Dados da pesquisa(2015).

Quando comparado o total dos passivos contingentes com relação ao patrimônio líquido, chamou atenção uma empresa da amostra que apresentou uma proporção de 243,42%, a Lupatech. O fato deve ser tratado com atenção pois uma possível mudança na classificação de possível para provável pode comprometer todo o patrimônio líquido da entidade, podendo trazer uma situação de passivo a descoberto.

### **3.2.2 Comparação dos resultados com estudos anteriores**

De maneira geral, as contingências mais comumente encontradas foram as relativas as questões tributárias, cíveis e trabalhistas, o que corrobora com os estudos de Suave *et al.* (2013), Farias (2006), Caetano *et al.* (2010).

Outro resultado que é respaldado pelo trabalho de Suave *et al.* (2013) se dá no sentido que as empresas atendem as exigências de evidenciação, mas as informações divulgadas falham na qualidade e muitas vezes não são suficientes para elucidar aos usuários informações qualitativas sobre as contingências.

O resultado também é verificado em parte nos de estudos Portella *et al.* (2015) que concluem ser possível ter conhecimento básico a respeito das provisões e passivos contingentes. Esses autores não trazem indicações com relação a qualidade das divulgações.

Identificou-se também, que poucas empresas apresentaram divulgação sobre as estimativas de cronogramas esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos. Essa constatação também foi encontrada por Oliveira (2011).

Os resultados corroboram com os resultados encontrados por Oliveira, Benetti e Varela (2011) no sentido de que várias informações sobre as provisões não foram

fornecidas, principalmente com relação às incertezas, natureza, e o cronograma de saída.

Um tema que foge do escopo do trabalho, mas é importante ser destacado, é o fato de algumas empresas ainda utilizarem de forma incorreta o termo provisão para contas redutoras do ativo, como provisão para créditos em liquidação duvidosa e para passivos apropriados por competência. Essa percepção corrobora com os estudos de Da Silva *et al.* (2014).

A empresa que apresentou maior índice de evidenciação foi a Embraer, empresa considerada de grande porte e que possui ADR's (*American Depositary Receipts*). O resultado corrobora com estudo de Silva, Silva e Laurencel (2014) que verificaram que empresas de grande porte associada ao fato de possuir ADR's possuem maior nível e qualidade de evidenciação.

Os resultados encontrados no trabalho divergem em parte dos resultados encontrados por Oliveira (2011), onde a autora não encontra relação entre o tamanho do ativo com relação a propensão a evidenciação. Os resultados encontrados no trabalho trazem uma relação positiva no sentido de quanto maior o tamanho do ativo maior a propensão a divulgação dos passivos contingentes. Essa relação não ficou clara quanto aos passivos contingentes onde não foi possível traçar uma tendência com relação ao tamanho do ativo e índice de evidenciação. É importante destacar que essa comparação deve ser feita com cautela em função do baixo número de empresas da amostra estudada.

Os resultados da pesquisa convergem com os resultados encontrados por Fonteles *et al.* (2014) no sentido que as empresas não aderiram de forma completa aos itens solicitados para divulgação pelo CPC 25, indicando necessidade de maior atuação dos órgãos reguladores e fiscalizadores.

## 4 CONCLUSÕES

As tratativas relacionadas a evidenciação dos contingências, provisões e passivos contingentes, não são atuais. Não obstante o fato de no decorrer da história da contabilidade brasileira haver interpretações e nomenclaturas diferentes, esse tema e a sua evidenciação não são novidades para as empresas brasileiras.

Pode-se citar, por exemplo, a Lei nº 6.404/76 que já indicava que as notas explicativas deveriam demonstrar os critérios para constituições de provisões, bem como deliberação da CVM nº 489/05 que tratava de questões relacionadas as provisões e passivos contingentes.

Nesse sentido chama atenção o fato de empresas de um segmento diferenciado, o Novo Mercado, e que intrinsecamente carregam uma maior responsabilidade na elaboração e evidenciação de seus relatórios, não se adequarem por completo às exigências propostas pela normatização do CPC 25. A expectativa era de comprometimento na divulgação de suas provisões e passivos contingentes, esta expectativa não foi atingida para grande parte das empresas estudadas. Apenas uma empresa se destacou quanto à evidenciação, a Embraer.

É importante frisar um conceito que foi abordado no decorrer no trabalho: o novo mercado é um segmento de listagem que se destina à negociação de ações emitidas por empresas que se comprometem, voluntariamente, com a adoção de práticas de governança corporativa adicionais às previstas na legislação (Vilela 2005). Algumas empresas da amostra nem ao menos se comprometeram com divulgações previstas na legislação.

Nesse sentido Azevedo (2005) aborda que as características do mercado de capitais brasileiro criam um ambiente adverso para a aderência a práticas de governança corporativa: a predominância de controle familiar das empresas e a baixa pulverização do capital, bem como o baixo percentual de acionistas com direito a voto, apesar do segmento Novo Mercado exigir que o capital das

participantes desse segmento seja composto exclusivamente de ações ordinárias com direitos a voto.

Cabe muitas vezes à academia, fazer o papel de fiscalizador do mercado de capitais e das empresas de capital aberto através de trabalhos sobre a adequação aos Pronunciamentos Técnicos (CPC's) emitidos. Outra especificidade brasileira, onde apenas empresas com ações negociadas em bolsa de valores ou consideradas de grande porte devem divulgar demonstrações contábeis, traz consigo também um potencial de haver muitos problemas relacionados a correta utilização da normatização vigente, como o CPC 25.

Chamou atenção o fato de muitas empresas não divulgar os parâmetros de reconhecimento para as provisões e natureza dos passivos contingentes. Esta divulgação é de caráter essencial e substanciada pelo do CPC 25, por meio dos itens 85 para as provisões e item 86 para os passivos contingentes, que como destacado abordam características mais qualitativas.

Verificou-se que existem especificidades das provisões no setor industrial, em parte devido o ramo de negócio e os bens e serviços em que negociam por meio das provisões com garantias. Estas provisões podem ser objeto de estudos futuros com um número maior de empresas e com foco nesse tipo de provisão.

Com relação ao coeficiente de correlação estudados no trabalho, foi verificado que existe uma correlação positiva de 0,73 entre índice de evidenciação das provisões e tamanho do ativo. O coeficiente encontrado para os passivos contingentes e tamanho do ativo foi de 0,38. Deve-se tomar cuidado na análise desses dados devido ao fato da amostra ser pequena, tornando assim um fator limitador para a utilização do coeficiente de correlação.

Quanto aos passivos contingentes, os resultados foram de modo geral compatíveis com os apresentados em outros setores no sentido que as contingências foram na maior parte tributárias, cíveis e fiscais. Cabe aqui, possibilidades de estudos no sentido de verificar quais as principais causas das

empresas brasileiras carregarem tantas contingências (provisões e passivos contingentes) fiscais, por meio de estudo comparativo com outros países.

Alguns fatores limitaram a pesquisa, tais como as interpretações quanto alguns itens do CPC 25, quando classificados no *checklist* como: divulga, ou não divulga ou não se aplica.

Um desses fatores foi ao item 84 “e” do CPC 25, que trata do aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto. A maioria das empresas divulga em suas políticas contábeis que seus ativos e passivos são ajustados a valor presente. Outras quando abordam a política contábil relativa as provisões dizem ajustar a valor presente, porém não foi possível inferir os valores destes ajustes nas notas explicativas relativa as provisões. Presumiu-se que quando as empresas trazem como política contábil o ajuste de todos os passivos e ativos também estão inclusos as provisões. Logo este item foi tratado como “N/A – não se aplica”, sendo um fator de limitação ao índice de evidenciação.

Outro fator foi a orientação proposta pelo item 85 “c” também foi considerada “N/A – não se aplica” para as empresas da amostra, por se tratar de valores relativos a reembolsos esperados. Considerou-se como não se aplica, pois as empresas não divulgaram possíveis reembolsos nas notas explicativas referidas as provisões, e quando feitas referências a reembolsos foram feitas nas políticas contábeis. O reembolso segundo o CPC 25, deve ser reconhecido somente quando for praticamente certo que será recebido pela entidade e deverá ser reconhecido como um ativo separado. Este item pode representar outro fator limitador ao índice de evidenciação.

No que tange aos passivos contingentes, outros fatores limitaram o alcance da pesquisa, por exemplo, quando solicitado para evidenciar a estimativa do efeito financeiro. Foi considerado esse fato como “divulga” quando a empresa pôde valorar e apresentou os valores relacionados aos passivos contingentes.



Outro item que limita o estudo através de índices devido ao seu grau de subjetividade é o item 88 do CPC 25, que diz que quando a provisão e o passivo contingente surgirem do mesmo conjunto de circunstância, a entidade deve fazer as divulgações requeridas pelos itens 84 a 86 de maneira que evidencie a ligação entre a provisão e o passivo contingente.

Logo, deve-se ter cautela ao analisar de forma separada as provisões e passivos contingentes, ou seja, algumas empresas podem ter divulgado uma breve descrição das provisões, por exemplo, e não divulgado uma breve descrição dos passivos contingentes por acreditar que por se tratarem do mesmo grupo, não seria necessário a divulgação. O CPC 25 estabelece que a empresa deve evidenciar esta ligação.

Alguns temas para possíveis estudos já permearam esta conclusão tais como: estudo das empresas do setor industrial quanto a divulgação das provisões com garantias; estudos para verificar os motivos das empresas brasileiras carregarem tantas contingências fiscais e as implicações tributárias das provisões para apuração de impostos bem como comparação com outros países; e a verificação do nível de evidenciação com relação a outros Pronunciamentos Técnicos por empresas com ações negociadas na BM&FBovespa.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, O novo mercado e a governança corporativa no Brasil. 2005. Disponível em: <http://www.azevedosette.com.br/noticias/noticia?id=257> Acesso em: 15 set. 2015.
- BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm) >. Acesso em: 14 de outubro de 2015.
- CAETANO, T. P.; SILVA T. B. da; BIESDORF, S.; LEAL, E. A.; Evidenciação do Passivo Contingencial nas Demonstrações Contábeis: Um estudo nas Empresas de Papel e Celulose. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2010.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Makron Books, 1996.
- CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A.; SILVA, R. da: **Metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CHIZZOTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (2009): Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Disponível em: [http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/304\\_CPC\\_25.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/304_CPC_25.pdf) >. Acesso em: 10 outubro. 2014.
- COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 25: **Provisões, Passivos e Ativos Contingentes**. Brasília: CPC, 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br>. Acesso: 10/07/2015.
- CORRAR, Luiz J.; PAULO, Edilson; DIAS FILHO, José Maria. **Análise Multivariada para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Econômicas**. FIEPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. 1 ed. – 2 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.
- DA SILVA, T.S.; CARRARO, W.B.W.H.; DA SILVA, L.M. : Análise do cumprimento das exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes em empresas de mineração, siderurgia e metalurgia. **Contexto**. Porto Alegre, 14 (27), 89-103, 2014.

ERNST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS vs. Normas Brasileiras**. São Paulo: Atlas, 2009.

FARIAS, Manoel Raimundo S. Bases conceituais e normativas para reconhecimento e divulgação do passivo contingente: um estudo empírico no setor químico e petroquímico brasileiro. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2006.

IUDÍCIBUS, S; MARTINS, E; GELBCKE, E.R. (2010): **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: (aplicável à todas as sociedades): de acordo às normas internacionais e do CPC. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FONTELES, I. V.; NASCIMENTO, C. P. S.; PONTE, V. M. R.; REBOUÇAS, S. M. D. P. Determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBovespa. **Revista Gestão Organizacional**, v. 6, n. 4, p. 85-98, 2013.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michel F. **Teoria da Contabilidade**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Código das melhores práticas de governança corporativa. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 17 outubro de 2015.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. International Accounting Standard nº 37 (IAS 37): **Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/IFRSs/IFRS-technical-summaries/Documents/IAS37.pdf>>. Acesso em 28 de setembro de 2015.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 9 Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; CARVALHO, L. Nelson. Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. **Revista Contabilidade Financeira – USP**. São Paulo, n. 38, p. 7-19, maio/agosto 2005.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da contabilidade**: uma nova abordagem. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, J.C. : **Contabilidade empresarial**. 15. ed. Rev. Atual. e Modernizada. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

MURCIA, Fernando Dal-Ri; SANTOS, Ariovaldo dos. Principais práticas de disclosure voluntário das 100 maiores empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo. **Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 61-78, jan./abr. 2009.

NIYAMA, Jorge K.; SILVA, Augusto T. **Teoria da Contabilidade** – 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, A. F.; BENETTI, J. E.; VARELA, P. S. Disclosure das provisões e dos passivos e ativos contingentes: um estudo em empresas listadas na BM&FBovespa.

In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS (ANPCONT), 5, 2011, Vitória. **Anais...** Vitória: Anpcont, 2011. CD- ROM.

OLIVEIRA, Michelle Adriane Silva de. **Disclosure das Contingências e Provisões Passivas**. 2011. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

PINTO JÚNIOR, H. Q.; PIRES, M. C. P. Assimetria de Informações e Problemas Regulatórios. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?dw=1992>>. Acesso em: 02 out. de 2015.

PORTELLA, A. R. ; OLIVEIRA, M. C. ; ELIAS, T. M. ; LORANDI, J. A. . Passivos contingentes: um estudo nas maiores companhias abertas do estado de Santa Catarina, Brazil. **Revista Iberoamericana de Contabilidad de Gestión** , v. XIII, p. 1-20, 2015.

PRADO, F.J. (2014): **Análise do comportamento da divulgação das informações sobre provisões e passivos contingentes das empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&FBOVESPA**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

RIBEIRO, A. de C.; RIBEIRO, M. de S; WEFFORT, E. F.J. Provisões, contingências e o pronunciamento CPC 25: as percepções dos protagonistas envolvidos. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v.9, n. 3, p. 38-54, set. 2013. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/issue/view/281>>. Acesso em: 05 de outubro de 2014.

RIBEIRO, Antônio de Cístolo. **Provisões, Contingências e Normas Contábeis: Um Estudo de Gerenciamento de Resultado com Contencioso Legal no Brasil**. São Paulo: USP, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, L. S.; SCHMIDT, P.; FERNANDES, L. A.; MACHADO, N.P. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

SCARPIN, J.E.; MACOHON, E.R.; DALLABONA, L.F.: Variabilidade dos índices de endividamento em relação à adição dos passivos contingentes na estrutura patrimonial das empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Contabilidade e Organizações**, n. 22, v. 8, 2014.

SILVA, E. L., MENEZES, E. M. (2000) **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção**; Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

SILVA, J.S.; SILVA, A.H.C.; LAURENCEL, L.C; 2014, Rio de Janeiro. Nível de evidência obrigatória nas empresas de capital aberto: uma análise do CPC 27. Rio de Janeiro: **VIII Anpcont**, 2014. 18 f. Disponível em:

<[http://congressos.anpcont.org.br/congressos-antigos/viii/images/199\\_39c94.pdf?20150429114417](http://congressos.anpcont.org.br/congressos-antigos/viii/images/199_39c94.pdf?20150429114417)>. Acesso em: 12 out. 2015

SILVA, Paula Rodrigues da. **Relação entre nível de evidenciação contábil obrigatória e qualidade da governança corporativa das empresas do Ibovespa**. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SUAVE, R.; CODESSO, M. M.; PINTO, H. M.; VICENTE, E. F. R.; LUNKES, R. J. Divulgação de Passivos Contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBovespa. **Revista da UNIFEFE**, v. 1, n. 11, 2013.

VARIAN, H.R. **Microeconomia**: uma abordagem moderna. 8.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012

VILELA, Bruno Guedes. O novo mercado e a governança corporativa no Brasil. 2005. Disponível em: <<http://www.azevedosette.com.br/noticias/noticia?id=257>>. Acesso em: 08 agosto de 2015.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A – Divulgação Provisões**

**APÊNDICE B – Divulgação dos Passivos Contingentes**

**APÊNDICE C – Representatividade das provisões e passivos contingentes**

## APÊNDICE A – Divulgação Provisões

Divulgação	EMBRAER		
	D	ND	N/A
<b>1) Provisões</b>			
(a) Valor Contábil no início e no fim do período	X		
(b) Provisões adicionais do período ou aumento nas provisões existentes	X		
(c) Valores Utilizados (incorridos e baixados contra a provisão)	X		
(d) Valores não utilizados revertidos no período	X		
(e) Aumento durante o período no valor descontado a valor presente			X
(f) Breve descrição da natureza das obrigações e o cronograma esperado de saídas		X	
(g) Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.	X		
(h) Valor de qualquer reembolso esperado			X
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
<b>Índice de evidenciação provisões - Embraer: 83,33%</b>			

Divulgação	WEG		
	D	ND	N/A
<b>1) Provisões</b>			
(a) Valor Contábil no início e no fim do período	X		
(b) Provisões adicionais do período ou aumento nas provisões existentes	X		
(c) Valores Utilizados (incorridos e baixados contra a provisão)	X		
(d) Valores não utilizados revertidos no período	X		
(e) Aumento durante o período no valor descontado a valor presente			X
(f) Breve descrição da natureza das obrigações e o cronograma esperado de saídas		X	
(g) Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.		X	
(h) Valor de qualquer reembolso esperado			X
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
<b>Índice de evidenciação provisões - WEG: 66,67%</b>			

Divulgação	IOCHPE		
	D	ND	N/A
<b>1) Provisões</b>			
(a) Valor Contábil no início e no fim do período	X		
(b) Provisões adicionais do período ou aumento nas provisões existentes	X		
(c) Valores Utilizados (incorridos e baixados contra a provisão)	X		
(d) Valores não utilizados revertidos no período	X		
(e) Aumento durante o período no valor descontado a valor presente			X
(f) Breve descrição da natureza das obrigações e o cronograma esperado de saídas		X	
(g) Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.		X	
(h) Valor de qualquer reembolso esperado			X
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
<b>Índice de evidenciação provisões - Iochpe-Maxion: 66,67%</b>			

Divulgação	LUPATECH		
	D	ND	N/A
<b>1) Provisões</b>			
(a) Valor Contábil no início e no fim do período	X		
(b) Provisões adicionais do período ou aumento nas provisões existentes	X		
(c) Valores Utilizados (incorridos e baixados contra a provisão)	X		
(d) Valores não utilizados revertidos no período		X	
(e) Aumento durante o período no valor descontado a valor presente			X
(f) Breve descrição da natureza das obrigações e o cronograma esperado de saídas		X	
(g) Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.		X	
(h) Valor de qualquer reembolso esperado			X
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>2</b>
<b>Índice de evidenciação provisões - Lupatech: 50,00%</b>			

Divulgação	MAHLE		
	D	ND	N/A
<b>1) Provisões</b>			
(a) Valor Contábil no início e no fim do período	X		
(b) Provisões adicionais do período ou aumento nas provisões existentes	X		
(c) Valores Utilizados (incorridos e baixados contra a provisão)	X		
(d) Valores não utilizados revertidos no período	X		
(e) Aumento durante o período no valor descontado a valor presente			X
(f) Breve descrição da natureza das obrigações e o cronograma esperado de saídas		X	
(g) Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.		X	
(h) Valor de qualquer reembolso esperado			X
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
<b>Índice de evidenciação provisões - Mahle: 66,67%</b>			

Divulgação	METAL FRIO		
	D	ND	N/A
<b>1) Provisões</b>			
(a) Valor Contábil no início e no fim do período	X		
(b) Provisões adicionais do período ou aumento nas provisões existentes	X		
(c) Valores Utilizados (incorridos e baixados contra a provisão)	X		
(d) Valores não utilizados revertidos no período		X	
(e) Aumento durante o período no valor descontado a valor presente			X
(f) Breve descrição da natureza das obrigações e o cronograma esperado de saídas		X	
(g) Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.		X	
(h) Valor de qualquer reembolso esperado			X
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>2</b>
<b>Índice de evidenciação provisões - MetalFrio: 50,00%</b>			



Divulgação	MILLS		
	D	ND	N/A
<b>1) Provisões</b>			
(a) Valor Contábil no início e no fim do período	X		
(b) Provisões adicionais do período ou aumento nas provisões existentes	X		
(c) Valores Utilizados (incorridos e baixados contra a provisão)	X		
(d) Valores não utilizados revertidos no período	X		
(e) Aumento durante o período no valor descontado a valor presente			X
(f) Breve descrição da natureza das obrigações e o cronograma esperado de saídas		X	
(g) Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.		X	
(h) Valor de qualquer reembolso esperado			X
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
<b>Índice de evidenciação provisões - Mills: 66,67%</b>			

Divulgação	ROMI		
	D	ND	N/A
<b>1) Provisões</b>			
(a) Valor Contábil no início e no fim do período	X		
(b) Provisões adicionais do período ou aumento nas provisões existentes	X		
(c) Valores Utilizados (incorridos e baixados contra a provisão)	X		
(d) Valores não utilizados revertidos no período	X		
(e) Aumento durante o período no valor descontado a valor presente			X
(f) Breve descrição da natureza das obrigações e o cronograma esperado de saídas		X	
(g) Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.		X	
(h) Valor de qualquer reembolso esperado			X
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
<b>Índice de evidenciação provisões - Romi: 66,67%</b>			

Divulgação	VALID		
	D	ND	N/A
<b>1) Provisões</b>			
(a) Valor Contábil no início e no fim do período	X		
(b) Provisões adicionais do período ou aumento nas provisões existentes	X		
(c) Valores Utilizados (incorridos e baixados contra a provisão)	X		
(d) Valores não utilizados revertidos no período		X	
(e) Aumento durante o período no valor descontado a valor presente			X
(f) Breve descrição da natureza das obrigações e o cronograma esperado de saídas		X	
(g) Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.		X	
(h) Valor de qualquer reembolso esperado			X
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>2</b>
<b>Índice de evidenciação provisões - Valid: 50,00%</b>			

Divulgação	CSU		
	D	ND	N/A
<b>1) Provisões</b>			
(a) Valor Contábil no início e no fim do período	X		
(b) Provisões adicionais do período ou aumento nas provisões existentes	X		
(c) Valores Utilizados (incorridos e baixados contra a provisão)	X		
(d) Valores não utilizados revertidos no período	X		
(e) Aumento durante o período no valor descontado a valor presente			X
(f) Breve descrição da natureza das obrigações e o cronograma esperado de saídas		X	
(g) Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.		X	
(h) Valor de qualquer reembolso esperado			X
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
<b>Índice de evidenciação provisões - CSU: 66,67%</b>			

## APÊNDICE B – Divulgação Passivos Contingentes

Divulgação	EMBRAER		
	D	ND	N/A
<b>2) Passivos Contingentes</b>			
(a) Breve descrição da natureza do passivo	X		
(b) Estimativa do seu efeito financeiro (quando praticável)	X		
(c) Indicação das incertezas relacionadas ao valor ou ocorrência de qualquer saída	X		
(d) Possibilidade de qualquer reembolso			X
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Índice de evidenciação passivos contingentes - Embraer: 100%</b>			

Divulgação	WEG		
	D	ND	N/A
<b>2) Passivos Contingentes</b>			
(a) Breve descrição da natureza do passivo	X		
(b) Estimativa do seu efeito financeiro (quando praticável)	X		
(c) Indicação das incertezas relacionadas ao valor ou ocorrência de qualquer saída		X	
(d) Possibilidade de qualquer reembolso			X
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Índice de evidenciação passivos contingentes - WEG: 66,67%</b>			

Divulgação	IOCHPE		
	D	ND	N/A
<b>2) Passivos Contingentes</b>			
(a) Breve descrição da natureza do passivo	X		
(b) Estimativa do seu efeito financeiro (quando praticável)	X		
(c) Indicação das incertezas relacionadas ao valor ou ocorrência de qualquer saída	X		
(d) Possibilidade de qualquer reembolso			X
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>Índice de evidenciação passivos contingentes - Iochpe: 100%</b>			

Divulgação	LUPATECH		
	D	ND	N/A
<b>2) Passivos Contingentes</b>			
(a) Breve descrição da natureza do passivo	X		
(b) Estimativa do seu efeito financeiro (quando praticável)	X		
(c) Indicação das incertezas relacionadas ao valor ou ocorrência de qualquer saída		X	
(d) Possibilidade de qualquer reembolso			X
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Índice de evidenciação passivos contingentes - Lupatech: 66,67%</b>			

Divulgação	MAHLE		
	D	ND	N/A
<b>2) Passivos Contingentes</b>			
(a) Breve descrição da natureza do passivo		X	
(b) Estimativa do seu efeito financeiro (quando praticável)	X		
(c) Indicação das incertezas relacionadas ao valor ou ocorrência de qualquer saída		X	
(d) Possibilidade de qualquer reembolso			X
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Índice de evidenciação passivos contingentes - Mahle: 33,33%</b>			

Divulgação	METAL FRIO		
	D	ND	N/A
<b>2) Passivos Contingentes</b>			
(a) Breve descrição da natureza do passivo		X	
(b) Estimativa do seu efeito financeiro (quando praticável)	X		
(c) Indicação das incertezas relacionadas ao valor ou ocorrência de qualquer saída		X	
(d) Possibilidade de qualquer reembolso			X
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
<b>Índice de evidenciação passivos contingentes - MetalFrio: 33,33%</b>			

Divulgação	MILLS		
	D	ND	N/A
<b>2) Passivos Contingentes</b>			
(a) Breve descrição da natureza do passivo	X		
(b) Estimativa do seu efeito financeiro (quando praticável)	X		
(c) Indicação das incertezas relacionadas ao valor ou ocorrência de qualquer saída		X	
(d) Possibilidade de qualquer reembolso			X
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Índice de evidenciação passivos contingentes - Mills: 66,67%</b>			

Divulgação	ROMI		
	D	ND	N/A
<b>2) Passivos Contingentes</b>			
(a) Breve descrição da natureza do passivo		X	

(b) Estimativa do seu efeito financeiro (quando praticável)	X		
(c) Indicação das incertezas relacionadas ao valor ou ocorrência de qualquer saída		X	
(d) Possibilidade de qualquer reembolso			X
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
<b>Índice de evidenciação passivos contingentes - Romi: 33,33%</b>			

Divulgação	VALID		
	D	ND	N/A
<b>2) Passivos Contingentes</b>			
(a) Breve descrição da natureza do passivo	X		
(b) Estimativa do seu efeito financeiro (quando praticável)	X		
(c) Indicação das incertezas relacionadas ao valor ou ocorrência de qualquer saída	X		
(d) Possibilidade de qualquer reembolso			X
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>Índice de evidenciação passivos contingentes - Valid: 100%</b>			

Divulgação	CSU		
	D	ND	N/A
<b>2) Passivos Contingentes</b>			
(a) Breve descrição da natureza do passivo	X		
(b) Estimativa do seu efeito financeiro (quando praticável)	X		
(c) Indicação das incertezas relacionadas ao valor ou ocorrência de qualquer saída	X		
(d) Possibilidade de qualquer reembolso			X
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>Índice de evidenciação passivos contingentes - CSU: 100%</b>			

## APÊNDICE C: Representatividade

Embraer 2014		
PROVISÕES	TOTAL	%
Garantia de produtos	231.971	35,11%
Obrigação de benefícios pós-emprego	109.418	16,56%
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	213.685	32,34%
Impostos	67.282	10,18%
Provisão Ambiental	11.477	1,74%
Outras	26.915	4,07%
<b>TOTAL PROVISÕES</b>	<b>660.748</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>17.388.114</b>	
<b>Total Passivos Contingentes identificados</b>	<b>141.467</b>	
<b>Total Patrimônio Líquido</b>	<b>10.265.486</b>	

<b>Provisões/Passivo total</b>	<b>3,80%</b>
<b>Passivos ctg/Passivo total</b>	<b>0,81%</b>

Passivos ctg/PL	1,38%
-----------------	-------

WEG 2014		
PROVISÕES	TOTAL	%
Tributárias	90.767	35,07%
Trabalhistas	91.781	35,46%
Cíveis	73.747	28,49%
Outras	2.554	0,99%
<b>TOTAL PROVISÕES</b>	<b>258.849</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>6.643.367</b>	
<b>Total Passivos Contingentes identificados</b>	<b>66.326</b>	
<b>Total Patrimônio Líquido</b>	<b>5.139.263</b>	

Provisões/Passivo total	3,90%
Passivos ctg/Passivo total	1,00%
Passivos ctg/PL	1,29%

IOCHPE 2014		
PROVISÕES	TOTAL	%
Fiscais	30.517	59,50%
Trabalhistas	9.235	18,00%
Cíveis	11.541	22,50%
<b>TOTAL PROVISÕES</b>	<b>51.293</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>4.684.521</b>	
<b>Total Passivos Contingentes identificados</b>	<b>187.764</b>	
<b>Total Patrimônio Líquido</b>	<b>1.604.503</b>	

Provisões/Passivo total	1,09%
Passivos ctg/Passivo total	4,01%
Passivos ctg/PL	11,70%

LUPATECH 2014		
PROVISÕES	TOTAL	%
Fiscais	36.285	33,61%
Trabalhistas	61.563	57,03%
Cíveis	10.100	9,36%
<b>TOTAL PROVISÕES</b>	<b>107.948</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>927.268</b>	

<b>Total Passivos Contingentes identificados</b>	<b>232.118</b>	
<b>Total Patrimônio Líquido</b>	<b>95.358</b>	

<b>Provisões/Passivo total</b>	<b>11,64%</b>
<b>Passivos ctg/Passivo total</b>	<b>25,03%</b>
<b>Passivos ctg/PL</b>	<b>243,42%</b>

<b>MAHLE 2014</b>		
<b>PROVISÕES</b>	<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
Provisões diversas	16.081	5,98%
Provisões para garantias	15.452	5,74%
Cíveis e trabalhistas	198.894	73,92%
Tributárias	30.830	11,46%
Passivo Ambiental	7.796	2,90%
<b>TOTAL PROVISÕES</b>	<b>269.053</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>1.200.549</b>	
<b>Total Passivos Contingentes identificados</b>	<b>38.885</b>	
<b>Total Patrimônio Líquido</b>	<b>1.345.280</b>	

<b>Provisões/Passivo total</b>	<b>22,41%</b>
<b>Passivos ctg/Passivo total</b>	<b>3,24%</b>
<b>Passivos ctg/PL</b>	<b>2,89%</b>

<b>METAL FRIO 2014</b>		
<b>PROVISÕES</b>	<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
Trabalhista	3.572	12,62%
Cíveis	1.422	5,03%
Provisões diversas	23.303	82,35%
<b>TOTAL PROVISÕES</b>	<b>28.297</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>956.083</b>	
<b>Total Passivos Contingentes identificados</b>	<b>28.635</b>	
<b>Total Patrimônio Líquido</b>	<b>180.611</b>	

<b>Provisões/Passivo total</b>	<b>2,95%</b>
<b>Passivos ctg/Passivo total</b>	<b>3,00%</b>
<b>Passivos ctg/PL</b>	<b>15,82%</b>

<b>MILLS 2014</b>		
<b>PROVISÕES</b>	<b>TOTAL</b>	<b>%</b>

Tributários	4.301	34,19%
Cíveis	787	6,26%
Trabalhistas	3.978	31,62%
Honorários de êxito	3.514	27,93%
<b>TOTAL PROVISÕES</b>	<b>12.580</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>833.326</b>	
<b>Total Passivos Contingentes identificados</b>	<b>51.982</b>	
<b>Total Patrimônio Líquido</b>	<b>1.059.397</b>	

<b>Provisões/Passivo total</b>	<b>1,50%</b>
<b>Passivos ctg/Passivo total</b>	<b>6,24%</b>
<b>Passivos ctg/PL</b>	<b>4,91%</b>

<b>ROMI 2014</b>		
<b>PROVISÕES</b>	<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
Fiscais	49.139	91,81%
Cíveis	1.381	2,58%
Trabalhistas	3.002	5,61%
<b>TOTAL PROVISÕES</b>	<b>53.522</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>644.835</b>	
<b>Total Passivos Contingentes identificados</b>	<b>8.946</b>	
<b>Total Patrimônio Líquido</b>	<b>644.161</b>	

<b>Provisões/Passivo total</b>	<b>8,30%</b>
<b>Passivos ctg/Passivo total</b>	<b>1,39%</b>
<b>Passivos ctg/PL</b>	<b>1,39%</b>

<b>VALID</b>		
<b>PROVISÕES</b>	<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
Trabalhistas	17.775	92,23%
Tributárias	102	0,53%
Cíveis, comerciais e outras	1.395	7,24%
<b>TOTAL PROVISÕES</b>	<b>19.272</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>705.653</b>	
<b>Total Passivos Contingentes identificados</b>	<b>230.132</b>	
<b>Total Patrimônio Líquido</b>	<b>590.561</b>	

<b>Provisões/Passivo total</b>	<b>2,73%</b>
<b>Passivos ctg/Passivo total</b>	<b>32,61%</b>

<b>Passivos ctg/PL</b>	<b>38,97%</b>
------------------------	---------------

<b>CSU</b>		
<b>PROVISÕES</b>	<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
Tributárias	52.821	84,98%
Trabalhistas	9.199	14,80%
Cíveis	135	0,22%
<b>TOTAL PROVISÕES</b>	<b>62.155</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>195.777</b>	
<b>Total Passivos Contingentes identificados</b>	<b>42.758</b>	
<b>Total Patrimônio Líquido</b>	<b>159.145</b>	

<b>Provisões/Passivo total</b>	<b>31,75%</b>
<b>Passivos ctg/Passivo total</b>	<b>21,84%</b>
<b>Passivos ctg/PL</b>	<b>26,87%</b>